

Mulheres Letradas dos Sertões: Mídia Escrita e Rebeldia nos Ermos do Novo Mundo¹

José Cardoso FERRÃO NETO²
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ

Resumo:

O trabalho é uma reflexão hermenêutica da maneira como a mídia escrita foi apropriada por duas mulheres de áreas colonizadas das Américas, que desafiaram as autoridades locais e provocaram transformações em espaços considerados bárbaros. Apresenta as personagens Maria da Cruz, uma fazendeira do sertão do São Francisco mineiro da primeira metade do século XVIII, e Anne Hutchinson, uma dissidente puritana que viveu um século antes, na Baía de Massachusetts, nos Estados Unidos. A partir dos vestígios presentes nas narrativas históricas, literárias e da tradição popular, levanta pontos coincidentes da trajetória dessas mulheres e estabelece relações de sentido entre o letramento e duas de suas versões femininas, na conquista de espaços não apenas geográficos, como também religiosos, políticos e ideológicos.

Palavras-chave: mídia escrita; mulher; sertão; Américas

As Américas e seus confins: lugares do imaginário

As regiões mais distantes e remotas, no tempo e no espaço, sempre habitaram diversos arquétipos que compõem as estruturas imaginárias, tanto universais quanto históricas, às vezes fixas, outras vezes cambiantes. As inquietações humanas atravessam geografias do além, *loci* privilegiados do sagrado e do mítico. “Enquanto o homem permanecer homem”, diz o historiador Lucian Boia, “ele continuará a investir numa realidade transcendente e a imaginar significações que ultrapassam as aparências”. A projeção de sentido alhures resvala sempre num duplo, um Outro que ocupa um *topos* diferente do meu, que me define como um Não-Ele(a), mas com quem eu ao mesmo tempo busco uma unidade, travo embates e também me complemento³. Muito antes que se quebrasse a tese de que “o encontro das terras tenha sido obra do acaso”, a América paradisíaca e cheia de ouro das narrativas de viagem, que também assombrava a Europa, era o prêmio do enfrentamento de “monstros marinhos, animais gigantes e uma gente guerreira e canibal” (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 22). Isto para os brancos do

¹ Trabalho apresentado no GT Geografias da Comunicação do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Adjunto do Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, email: joseferrao@uol.com.br.

³ Ficam, assim, sintetizadas algumas das estruturas mentais que compõem o imaginário, segundo o historiador romeno. V. BOIA, Lucian. *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres, 1998, p. 29-35.

Velho Continente, é claro. Os indígenas de Vera Cruz no México, por outro lado, quando viram “um homem barbado se aproximar da praia, com animais estranhos (cavalos), vestido de ferro, pensaram que era o lendário Deus-homem asteca que tinha morrido trezentos anos antes, com a promessa de retornar – o misterioso Quetzalcoatl. E assim lhe deram as boas-vindas, com uma hospitalidade generosa”, nos conta Harold Zinn (2005, p. 11), dando-nos signos do genocídio humano e do desastre ecológico que seguiriam à chegada dos conquistadores no Novo Continente.

As áreas de povoamento e exploração americanas são geografias igualmente intrigantes nas estruturas mentais dos colonos que, ao longo dos séculos, foram conquistando novas terras, a serviço de projetos distintos de Nação. Ao sul do Equador, o sertão é uma dessas regiões que instigaram aventureiros, visionários e gente de poder. O Dicionário Histórico das Minas Gerais o define como “espaço mais simbólico que geográfico”, de fronteiras móveis, dos rincões “[que rejeitam] os valores da vida civilizada”. Chamado de “lugar mítico, nele se projetava o imaginário maravilhoso que desde tempos remotos atrelava-se às regiões desabitadas, instalando ali seres, animais e plantas exóticos e fantásticos”, prossegue o Dicionário. Além de mítico, é também inóspito, vertiginoso, surpreendente, na medida em que é empurrado para o desconhecido e se desloca para “fora da esfera do poder metropolitano”. Nesse sentido, o sertão do Rio São Francisco, ao norte da capitania de Minas Gerais, tornou-se emblemático, principalmente na primeira metade do século XVIII, como “lugar de revolta e motim, cenário por excelência da insubmissão política, espécie de terra sem lei que resistia à implantação do poder e da ordem” (ROMEIRO & BOTELHO, 2003, p. 378-379).

Já ao norte da linha imaginária que divide o planeta, os peregrinos da Nova Inglaterra, um século antes, ignorando a legitimidade dos indígenas locais como donos daquela geografia, viam nos assentamentos o cumprimento de uma promessa transcendental: uma terra que lhes havia sido dada para implantar, no Novo Mundo bárbaro, infiel e inculto, a nova Israel. À medida que iam conquistando os espaços e matando os habitantes do lugar, “louvavam e agradeciam a Deus, que tinha trabalhado tão maravilhosamente a seu favor, a ponto de cercar seus inimigos e entregá-los em suas mãos...”, conta o líder puritano William Bradford (ZINN, 2005, p. 13-15). Devidamente amparados no que acreditavam ser a coincidência da Lei com a vontade divinas, quanto mais as condições se tornavam adversas, mais se cumpria o desejo de transpô-las em favor de um imaginário da redenção. Afinal de contas, assim como os sertões, “o limiar da

selvageria ficava próximo” e era preciso vencê-la para implantar o reino dos eleitos. Para os habitantes da pequena Salém, por exemplo, a ameaça fronteiriça vinha do Oeste, um lugar “cheio de mistérios, [que] pairava escuro e ameaçador, sobre os seus ombros dia e noite”; ali ficava, na imaginação dos colonos, a “floresta virgem [que] era a última reserva do Diabo, sua base doméstica e cidadela de seu reduto final” (MILLER, 2009, p. 273).

Nestes cenários de colonização nas Américas - o sertão do Rio São Francisco, entroncamento entre Minas e a Bahia do início dos anos 1700, e a área compreendida como Massachusetts Bay Colony, nos Estados Unidos da primeira metade dos 1600 – duas mulheres despontam como heroínas que a história construiu em suas narrativas: Dona Maria Cruz, uma das cabeças dos chamados Motins do Sertão, e Anne Hutchinson, dissidente puritana que ousou questionar os dogmas da teocracia colonial. Educadas na palavra escrita, ousaram desafiar a misoginia dos poderosos e empoderaram as gentes de suas regiões com o conhecimento que vem das letras. Pioneiras, imprimiram novo sentido às suas geografias periféricas, criaram redes de sociabilidade, mexeram com relações de poder, angariaram audiência para seus discursos, questionaram padrões estabelecidos e cutucaram o imaginário da mulher ignorante, inferior, desordeira e irracional. São, portanto, mulheres midiáticas. Separadas por exato um século e outras tantas milhas entre o gótico anglo-saxão e o barroco lusitano, elas, no entanto, trazem coisas em comum. A condição letrada lhes permitiu serem ambas mulheres de ocupação territorial, insurgentes, de áreas colonizadas, inóspitas e fronteiriças. Mulheres eloquentes, de retórica oralizada e educação religiosa, fizeram-se audaciosas e enfrentaram as autoridades locais. Este estudo, antes mesmo de louvar o valor político e religioso dessas figuras da história do Novo Mundo, quer desvendar, através das narrativas histórico-literárias que lhes foram dedicadas, a forte relação entre letramento e poder no corpo feminino, em topografias da adversidade.

Maria da Cruz: escrita e civilização no São Francisco mineiro

As mulheres sempre ocuparam lugar de destaque na fabricação dos tecidos comunitário e social das culturas. Para além do tão famigerado ofício de dar descendentes aos homens e garantir a perpetuação dos grupos humanos, também souberam parir conhecimento, valores, crenças e ideologias que têm contribuído para a sustentação ética, moral e espiritual das sociedades. Senhoras da narrativa, dos círculos de leitura à contação de histórias, as mulheres têm incorporado, na longa duração, funções midiáticas importantes no que diz respeito ao processamento da informação, seja tradicionalmente no

contexto da vida privada ou na expressão de sua identidade, na esfera pública. Câmara Cascudo, ao defender a importância do conto popular, credita à tessitura feminina de intrigas a responsabilidade pela gestação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica e social dos indivíduos. “A mãe-preta foi a Sheherazada humilde das mil e uma noites, sem prêmios e sem consagrações”, exemplifica o antropólogo (2004, p. 12). A metáfora é rica e afeita a desdobramentos de sentido: no país das discrepâncias, enquanto a elite masculina letrada fazia valer a lógica barroca da colonização de aumentar o intervalo entre a palavra escrita e o povo, a mulher oralizada cumpria seu papel midiático da casa grande à senzala: produzia, armazenava e colocava em circulação os saberes travestidos em histórias. Ainda que haja uma ligação estreita entre o feminino e o oral, na medida em que se desencrava a mulher como sujeito histórico e ela emerge à superfície, figuras antes desconhecidas são capazes de mostrar, por exemplo, que o uso da razão não é apanágio dos homens; que a escrita não se presta somente ao exercício do poder hegemônico, mas também fortalece a resistência; que a palavra especializada em signos não apenas unifica e homogeneiza as mentalidades, os corpos, o tempo e o espaço, como ainda é capaz de provocar desvios e fendas em estruturas, umas mais, outras menos rígidas.

Antes mesmo de a república das letras florescer na Villa Rica de Cláudio Manoel da Costa, no sertão mineiro que amargava o imaginário da barbárie, Dona Maria da Cruz ocupava, já nas primeiras décadas do século das Luzes, a linha de frente da civilização. Latifundiária, senhora de fazendas “servidas por escravos e por índios administrados” - segundo nos conta seu principal biógrafo, o historiador da modernidade Diogo de Vasconcellos (1918, p. 101) – Dona Maria assume prematuramente a gestão da casa e dos negócios depois do falecimento do marido, Salvador Cardoso. Os dois faziam parte de um projeto de expansão da exploração fundiária no Brasil, capitaneado por uma nobreza de terra que se estabeleceu no norte de Minas Gerais, na fronteira com a Bahia. A região é um entreposto de trocas mercantis e, por suposição, culturais, entre a primeira capital da colônia e a região das minas. No ano de 1936, uma série de protestos conhecidos como Motins do Sertão tomou conta do lugar e teve na figura lendária de Maria da Cruz uma das líderes do movimento. Proprietários de terra e criadores de gado, com apoio dos moradores da área, se rebelaram contra um imposto chamado de Captação, durante o governo provisório de Martinho de Mendonça, que os obrigava a “pagar um valor anual fixo sobre o número de escravos que possuíam. A nova contribuição [de 1735] deixou os moradores do sertão do São Francisco muito aborrecidos”. Dona Maria era uma das “principais cabeças”

da revolta, junto com um de seus filhos, Pedro Cardoso. “Ela fazia parte de uma elite descontente do sertão de Minas e utilizou desse posto para aglutinar revoltosos a sua causa” (SOUZA, 2013, p. 455, 460). Os dois, mãe e filho, foram perseguidos em suas fazendas, levados presos para Villa Rica, depois para o Rio de Janeiro e, por último, julgados na cidade da Bahia, onde Pedro foi condenado ao desterro em Moçambique e a mãe, por fim, recebeu o perdão real, podendo voltar para casa, inclusive detentora de uma carta de sesmária que lhe asseguraria a posse das terras.

A história dessa matriarca tem ares de epopeia. O historiador Alexandre de Souza (2011, p. 29) faz um inventário de sua participação em narrativas literárias e da tradição oral: a personagem aparece no *Grande Sertão*, de Guimarães Rosa, o que dá a ler tanto a sua condição lendária quanto a do sertão como criadouro de figuras míticas, muitas delas femininas. Diogo de Vasconcellos (1918, p. 101, 125) tem um sem número de adjetivos para a personagem, tais como mulher de “tempera varonil” que, entretanto, “não lhe tirava a natural doçura”, “nobre e heroica”, “o modelo dos poderosos”, “digna de memória” e assim por diante⁴. O que chama muito a atenção nas palavras dos historiadores, entretanto, é sempre a comparação da personagem com o sexo oposto. Laura de Mello e Souza a caracteriza como “virago sertaneja” (SOUZA, 2013, p. 29). Vasconcellos pinta uma figura “intelligentíssima e ativa, deixando, portanto, transluzir na feição própria do sexo, as linhas energicas do animo senhoril” (1918, p. 125). Mas a tradição oral da região do São Francisco, no entanto, é menos laudatória da sertaneja lendária do que a literatura. Aí, ela chegou a fazer presença e memória como uma

“muié de estouro e de esparro, papulona. Seus escravos e camaradage não tinha descanso; trabaiava nos domingos e dias de guarda. Nunca houve missunaro, nem pregado que não mardicoasse ella, mais ella nem mimba! Pouco se importava, não fazia causo! Nunca os escutou”⁵.

Mas o diferencial mesmo de Dona Maria parecia estar na sua condição letrada. Incomodava ao então governador da capitania, responsável pela perseguição aos revoltosos, uma “suposta habilidade de Maria da Cruz com as letras”. Dois episódios, na história da personagem, deixam claro de que forma o domínio da palavra escrita foi o grande pretexto para inculpá-la. Primeiro, o envolvimento da “Dona do Sertão” com o ferreiro Francisco de Souza, considerado nos documentos oficiais o “amigo confidente” da sertaneja e de cuja

⁴ Conserva-se, neste trabalho, a grafia da edição original de 1918. V. Referências bibliográficas.

⁵ AMBRÓSIO, Manuel. Brasil interior: palestras populares, folclore das margens do São Francisco. Januária, Minas Gerais, v.1, São Paulo, Nelson Benjamin Monção, 1934, p. 55. In: SOUZA, Alexandre Rodrigues de. A “dona do sertão”: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII. Dissertação (Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011, p. 31.

casa a líder feminina escreveu carta a um cunhado seu, combinando a data do primeiro levante dos Motins (SOUZA, 2013, p. 458, 460). O que parece ser uma constante atividade epistolar da fazendeira revela-se outra vez num pedido do governador Martinho de Mendonça para que

o “Juiz Ordinário tirasse um sumário procurando averiguar correspondências sediciosas com o pretexto das conferências de Francisca Machado com Maria da Cruz”. Na ótica do governador, essas mulheres estariam se juntando para espalhar a desordem (...). Nesse momento, a suposta habilidade de Maria da Cruz com as letras é usada novamente como forma de incriminar a personagem (SOUZA, 2013, p. 460).

As representações em torno da sertaneja, presentes na narrativa histórica e nos contos populares, evocam arquétipos antigos ligados ao imaginário da mulher, como aquela responsável pelo desvio, a inversão, a submissão da razão à emoção, a condição natural reputada como inferior e, não menos, a ligação com o diabo e os poderes malignos. Para a historiadora Natalie Davis, o desregramento atribuído à figura feminina quer dizer que “a mulher [está] fora de seu lugar” (1990, p. 107-111). Esta excepcionalidade acerca de Dona Maria tem, ao menos, razão de ser, na compreensão de seu biógrafo. Ela está incluída no rol dos conquistadores que “amansaram” as áreas bárbaras, levaram o “palladio da civilização” e, ainda, “não perderam os sentimentos cristãos”. Parceiras de seus maridos, ambos parecem ter sido educados para a tal redenção civilizatória do sertão, garantindo a “unidade do território e do catolicismo” e a “regeneração das virtudes individuais que triunfaram na formação definitiva do carácter mineiro”. Para Diogo de Vasconcellos, a “missão civilizatória dos homens educados nos colégios jesuítas”, junto com a “herança religiosa e poética [das] sãs doutrinas deixadas pelas mulheres virtuosas” foram a salvação do São Francisco, “onde o cenário inculto se encheu de façanhas barbarescas” (1918, p. 99, 100). O tom laudatório com que exalta a personagem é justificado pelas ações empreendedoras da “mulher que veio para purgar o sertão” (SOUZA, 2011, p. 454). Aquela que “era menos senhora que mãe de todo aquele povo” mantinha um orfanato na Casa Grande, organizava o culto da capela e provia a educação dos menores da fazenda com a contratação de “mestres de leitura, de musica e de officios” (VASCONCELLOS, 1918, p. 124-125). Há um movimento, por assim dizer, missionário e pedagógico-letrado acontecendo no sertão: a mudança nas redes de sociabilidade e nos padrões de associação humana e de organização da experiência, no momento em que a educação pela palavra escrita se imiscui na vida cotidiana dos habitantes do lugar. Para o historiador da modernidade, aí residiu a salvação

dos confins da capitania de Minas Gerais. As matronas brancas da nobreza de terra seriam, pois, as mulheres-mídia responsáveis por tamanha transformação.

A educação nas letras foi, então, o ingrediente indispensável à excepcionalidade de Maria da Cruz, para quem, segundo a tradição oral, não havia páreo, nem mesmo entre os escassos detentores da palavra escrita, os missionários e pregadores errantes das áreas longínquas. Nas entrelinhas dessas textualidades, duas Marias se entrelaçam: a mulher lendária e heroica das narrativas históricas e a mulher desviante e perigosa aos olhos atentos da administração da capitania. Tanto a excepcionalidade quanto o desregramento podem estar na confluência entre o feminino e a palavra escrita. Quando a mulher adquire “um olho por um ouvido”, em mais um aforismo McLuhaniano, ela é potencialmente liberada “da teia tribal” (McLUHAN, 1964, p. 84) da concretude da experiência e passa a empoderar-se de uma tecnologia que ajuda a fomentar também sua capacidade de abstração e o olhar em perspectiva sobre a vida. Este é um tipo de mentalidade que não se sente mais obrigatoriamente presa ao grupo ou submetido aos ditames da autoridade, porque, pela instrução letrada, torna-se audaciosa para se posicionar diante dos poderes estabelecidos e dos monopólios do conhecimento. Aí está o próprio cerne da palavra *civilização* que, para McLuhan, é o conjunto de “indivíduos separados e iguais diante de um código escrito de leis” (p. 84). Talvez este não seja o sentido principal que Diogo de Vasconcellos, por exemplo, atribuiu à educação pelas letras como capaz de libertar o sertão da barbárie. A mulher na sociedade colonial ainda não gozava dos privilégios do indivíduo dito civilizado, muito menos os “índios administrados”, considerados almas menores, porém recuperáveis, e os escravos negros desprovidos não apenas de cidadania, mas destituídos que foram da sua humanidade.

A formação carmelita, o convívio com o marido educado pelos jesuítas, o empreendimento educacional junto aos alunos das propriedades do casal e, sem dúvida, o pertencimento à elite latifundiária são variáveis importantes a serem consideradas como munção necessária e disponível à Dona Maria da Cruz para enfrentar o peso dominador da autoridade política masculina. Este exercício do poder era metonimizado na figura do governador Martinho de Mendonça, constantemente desconfiado e possivelmente espantado com a possibilidade da mistura até então inusitada entre a mulher e as letras. Afinal, os nacionalismos, a manutenção dos impérios e o controle dos espaços à distância – o que, no caso do longínquo sertão, se fazia mais do que urgente à administração da capitania desde Villa Rica - sempre se ancoraram no exclusivismo da escrita como tecnologia atrelada a um

governo central, unificador e quase sempre patriarcal e misógino. O sertão de Maria da Cruz, entretanto, ainda que inserido num espaço-tempo histórico que mantinha esses atributos, é uma geografia comunicacional urdida na extensão, proporcionada pela mídia escrita, da educação religiosa dos colégios urbanos de São Paulo e da cidade da Bahia até as *backlands* da nação-continente que, por sua vez, também se estendia para o interior. Manejar uma revolta, para a “Dona do Sertão”, poderia significar uma extensão do manejo das terras. São duas aventuras forjadas no encontro entre a mulher e a escrita.

Anne Hutchinson: letramento e dissidência em terras puritanas

Assim descreve William Bradford a chegada dos primeiros peregrinos do navio Mayflower e seu estabelecimento em Plymouth, Massachusetts, no ano de 1620:

Eles não tinham nenhum amigo para lhes dar as boas-vindas, nem estalagem para acalantar ou revigorar seus corpos desgastados pelo tempo, nenhum cavalo ou muito menos cidades para se restabelecer e buscar socorro. As escrituras dizem que, em sinal de misericórdia ao apóstolo e seu grupo de náufragos, os bárbaros tampouco lhe demonstraram alguma bondade em revigorá-los. Mas esses bárbaros selvagens, quando se depararam com eles (como mais tarde irá acontecer) estavam mais dispostos a cobri-los de flechas do que de outra coisa (2008, p. 60)⁶.

Bradford havia chegado ao Novo Mundo com uma comunidade de protestantes separatistas, exilados da Inglaterra em virtude de perseguições religiosas. A princípio, tinham ganho terra para ocupar na Virgínia, mas as intempéries da viagem os levaram a aterrissar mais ao Norte, depois de uma viagem cheia de percalços, de ventos fortes, tempestades violentas, ameaça de naufrágio e doenças a bordo. Mas os azares não cessaram ao desembarcar. A descrição da terra que encontraram não é menos atemorizante: “invernos intensos e brutais, sujeitos a tempestades cruéis e violentas, perigosos para viajar (...). Um ermo hediondo e desolado, cheio de bestas e de homens selvagens” (2008, p. 60). Cinquenta anos depois, em tom memorialístico, o Reverendo Samuel Danforth, no sermão intitulado “Um Breve Reconhecimento da Missão da Nova Inglaterra na Selva”, exorta os puritanos, num momento de fraqueza, que não desanimem diante da tarefa espiritual que lhes fora confiada anos antes, quando os primeiros colonos enfrentaram “um vasto oceano até esta selva desabitada e uivante, que eles transformaram no jardim de Deus” (MARCUS & SOLLORS, 2009, p. 40). No fim do século que viu o desembarque dos exilados na América, a situação de desolamento parecia não ter mudado, segundo a literatura. Na

⁶ As citações retiradas dos textos originais em inglês (V. Referências Bibliográficas) aparecem, a partir de agora, neste artigo, traduzidas livremente para o português pelo autor.

introdução de sua peça *As bruxas de Salém*, em que Arthur Miller revive o episódio da caça às bruxas de 1692 numa comunidade puritana de Massachusetts como metáfora do macarthismo dos anos 1950, o dramaturgo diz que “para o mundo europeu, toda a província era uma fronteira bárbara habitada por uma seita de fanáticos”. A região de ocupação puritana, como no Sertão do São Francisco mineiro de um século depois, era também fronteira. Para além das terras dos colonos anglo-saxões, jazia um descampado “cheio de mistério” para eles. O deserto desconhecido “pairava, escuro e ameaçador sobre seus ombros dia e noite, porque dele saíam tribos indígenas para saquear [as propriedades] de quando em quando” (MILLER, 2009, p. 273). A palavra recorrente nas narrativas norte-americanas para descrever tanto o território além da fronteira quanto a região da ocupação é *wilderness*, derivada do adjetivo *wild*, selvagem. Nesse sentido, ainda que a colônia tenha se estabelecido no litoral, não se pode excluir do lugar a carga de representações arquetípicas de um imaginário também, por assim dizer, “sertanejo”, guardadas as diferenças geográficas e históricas com outras áreas distantes e “bárbaras”. A definição dicionarizada das palavras apresenta um conjunto de significados bem interessante, que permite, inclusive, estabelecer uma relação de sentido muito próxima àquela que nomeia os sertões – ou *backlands* – brasileiros:

wilderness [w'ildənis] s. 1. selva f., deserto, sertão m. 2. lugar m. ou região f. despovoada, ermo m. 3. quantidade atordoante ou fantástica, disposição desnorteadora f.

wild [waɪld] s. selva, terra incógnita f., deserto, ermo m. (também ~s).l adj. 1. selvagem, agreste, silvestre, bravio. 2. não cultivado ou lavrado, inculto, não domesticado. 3. ermo, solitário. 4. desabitado, despovoado. 5. incivilizado, bárbaro (...) 8. desarrumado, desarranjado. 9. turbulento (...) 14. fantástico, extraordinário (...)⁷.

Quanto mais se embrenhavam na adversidade, entretanto, mais pareciam vencer os obstáculos naturais e culturais que a Nova Inglaterra se lhes confrontava. Dez anos após a chegada dos peregrinos do Mayflower para fundar a Plymouth Plantation, o sucesso da empreitada já era amplamente conhecido e, a partir de 1630, contam os líderes John Winthrop e Samuel Danforth em suas histórias, trinta mil puritanos vieram fundar a Massachusetts Bay Colony em Boston, um empreendimento a princípio comercial, mas que, aos olhos dos colonos, significava um refúgio político e religioso. A nova colônia florescia e “diante de décadas de perseguição de guerra na Inglaterra, atraía mais outros

⁷ NOVO MICHAELIS, Dicionário Ilustrado. São Paulo: Melhoramentos, Wiesbaden: Brockhaus, v. II, Inglês-Português, 12.ed., 1972, p. 1067.

milhares para Massachusetts entre 1635 e 1660” (MARCUS & SOLLORS, 2009, p. 27, 40).

É numa dessas levas de imigrantes que a inglesa Anne Hutchinson, de 43 anos, desembarca na Baía selvagem, depois de partir a bordo do navio Griffin, em 1634. Filha de um clérigo de posições dissidentes quanto à Igreja Anglicana, a esposa do abastado comerciante William Hutchinson e mãe de 14 filhos pode ser arrolada entre os puritanos liberais e tolerantes, apartados do fanatismo que marcou a história do movimento. Parteira, estudante dedicada da Bíblia, conhecida pela habilidade intelectual, logo toma parte na vida comunitária da Colônia e atrai a simpatia da maioria das pessoas, inclusive dos mais instruídos e religiosos. Vista como profeta, adquire um status de conselheira espiritual superior ao de qualquer ministro. Em sua casa, funda um grupo de mulheres para comentar os sermões da igreja. A congregação paralela cresce, com reuniões que chegam a acolher uma média de 60 a 80 pessoas e incluem homens, pessoas influentes, comerciantes proeminentes e outros indivíduos poderosos da comunidade, numa média de “duas conferências por semana”, segundo o *Diário* do líder puritano John Winthrop (1908, p.240). Diversificam-se os assuntos: “em vez de simplesmente recapitular e discutir os sermões do domingo anterior, Anne Hutchinson criticava seu conteúdo e autenticidade e, deste modo, desafiava a autoridade da teocracia local”. O que se segue não surpreende: diante da forte reação da estrutura de poder dos puritanos às opiniões controversas da parteira letrada, Anne é condenada à prisão domiciliar sob a custódia de seu antigo mentor espiritual, John Cotton, expulsa da colônia, empurrada para o exílio em Rhode Island e, nove anos depois de colocar os pés na “barbárie” americana, é massacrada junto com a família pelos índios de Long Island, para onde tinha se mudado depois de ficar viúva (CASTILLO, 1990, p. 226; 234-236).

Hutchinson liderou uma das correntes de pensamento que questionavam dogmas calvinistas. Chamados de antinomianos ou hutchinsonianos, ela e seus seguidores manifestaram-se abertamente contra uma série de questões impostas pela hierarquia puritana, com fortes raízes no farisaísmo letrado e misógino do patriarcado dos Eleitos, de uma religião atada à palavra escrita como mecanismo de exercício do poder. A professora de literatura norte-americana Susan Castillo é quem faz um inventário das principais questões defendidas pelos hutchinsonianos (1990, p. 230-234). Os dissidentes eram audaciosos ao ponto de afirmar que “a identidade (e a autoridade) de um Eleito lhe era conferida por revelação individual e não tinha nada a ver com a observância de leis externas

ou a submissão à autoridade civil e eclesiástica” dos teocratas; defendiam a Aliança da Graça em detrimento da Aliança das Obras, ou seja, não havia o que o indivíduo pudesse fazer para conquistar o favor de Deus, de quem ele era totalmente dependente; e, dentre outras coisas, entendiam que o Espírito Santo habitava o crente redimido, sem necessidade de um comportamento virtuoso como evidência da justificação.

O fundador da Massachusetts Bay Colony, John Winthrop, ao narrar a história dos primeiros 19 anos da colônia, faz várias referências ao caráter de Anne Hutchinson, quase sempre ligadas à sua atividade intelectual letrada. Em seu *Diário*, a personagem aparece como “uma mulher de sagacidade rápida e espírito audacioso”, o que se percebe na descrição que o magistrado faz da maneira habilidosa como a acusada responde às perguntas da Corte formada para inquirir sobre suas ideias e atividades. O texto de Winthrop parece observar a personagem à distância, durante os interrogatórios, e assim vai delineando os traços da acusada: uma mulher de “orgulho de espírito”, mas que, no entender do narrador, não consegue enganar a Corte. O talento retórico da dissidente é tanto oral quanto escrito (ela responde às questões também desta forma) e pode ser claramente identificado no vai-e-vem das declarações e retrações que pronuncia em juízo. Winthrop também narra episódios em que se evidencia o quanto as ideias da Sra. Hutchinson se espalhavam pela Bay Colony e ela própria havia se tornado, midiaticamente, um centro de produção e circulação de heresias: um dado senhor do vilarejo de Weymouth foi chamado à igreja na presença dos presbíteros, porque havia “bebido em algumas das opiniões de Hutchinson”; em Providence, uma “irmã da Sra. Hutchinson”, estaria “infectada de Anabatismo”, e mesmo depois de excomungada, na cidade de Aquiday, a líder antimoniana continuava a pregar publicamente e a desafiar a igreja em Boston. O poder da mulher competente na fala e na escrita chegava até a inversão de papéis dentro do casamento, uma vez que o marido William, nas palavras de John Winthrop, se mostrava “um homem de temperamento muito meigo e partes fracas, e totalmente guiado por sua mulher, que tinha sido a causadora de todos os primeiros problemas no país e ainda continuava a criar perturbação” (1908, p. 195, 240, 263, 292, 297, 299). Diante de tanta inconformidade do líder puritano com o virtuosismo letrado feminino, não é de se admirar que a conclusão de Winthrop a respeito de Anne Hutchinson chegasse ao exagero de afirmar que:

Assim, agradeu ao Senhor ter compaixão de suas pobres igrejas aqui e descobrir esta grande impostora, um instrumento de Satanás tão ajustado e treinado para seu serviço para interromper a passagem [do] Reino nesta parte do mundo e envenenar as Igrejas plantadas aqui, como nenhuma história registrou mulher parecida, desde aquela que se mencionou no Apocalipse (1908, p. 251-252).

Ora, esse “ajuste e treinamento” nas letras revela duas questões interessantes a respeito da palavra escrita e as relações de gênero: primeiro, é essa mídia que, mais uma vez, confere à mulher letrada a audácia necessária para o embate com a hierarquia masculina da comunidade; segundo, é a prova de que, na visão dos magistrados, todos eles homens, a letra é divina, quando é patriarcal e misógina, e satânica, quando é feminina e dissidente; e, por fim, permanece a representação da mulher como a desordeira, de caráter desviante, demoníaca e desregrada, no sentido mais literal da palavra: desprovida da regra que jaz nas ordenanças de Deus aos homens (e mulheres!), por meio das Escrituras e das Leis externas ao indivíduo, sob o controle estrito da governança puritana.

Tais relações ficam claras quando se destrincha o papel da mulher na sociedade americana e, mais especificamente, na comunidade dos eleitos de Massachusetts. Chamada de “a oprimidas intimamente”, a mulher norte-americana dos primeiros anos da colonização, para Harold Zinn, gozava de um status “submerso” e “invisível”, o que requeria uma “condescendência especial” (2005, p. 103,104). O historiador atribui à teocracia da palavra escrita o agenciamento do comportamento feminino, tanto para as escravas como para as mulheres livres, dentre as quais muitas chegaram ao Novo Mundo na condição de “servas contratadas”. O autor cita as “Resoluções Legais dos Direitos das Mulheres, um documento de 1632, dois anos antes da chegada de Anne Hutchinson a Massachusetts:

Esta consolidação, que chamamos de matrimônio, é um trancamento conjunto. É verdade que o homem e a mulher são uma pessoa, mas entendamos de que maneira. Quando um córrego ou riacho se incorpora ao Ródano, ao Humber ou ao Tâmsa, o pobre riozinho perde seu [*dela*] nome... Uma mulher, assim que se casa, é chamada de abrigo... isto é, “velada”; supostamente, obscurecida e ofuscada; ela perdeu seu fluxo. A uma mulher casada, devo dizer mais propriamente: seu novo eu [*self*] é seu superior; seu companheiro, seu dono (2005, p. 106).

De novo, é a ligação com o ventre, o órgão baixo, que define o estatuto da mulher na sociedade. Em oposição à anatomia feminina que estabeleceria sua condição, a razão estaria posicionada bem acima, no córtex cerebral, lugar do processamento complexo das informações. O puritano Elnathan Chauncey assim delimita o espírito humano: “A sua alma consiste em duas porções, uma inferior e outra superior; a superior é masculina e eterna. E a sua inferior, feminina e mortal” (CASTILLO, 1990, p. 227). Essa representação tem alimentado, durante milênios, o imaginário do homem como o indivíduo mais racional, a quem foi destinado, na história da comunicação, o privilégio de ascender à condição letrada

– o que fez a mulher da escrita tornar-se uma exceção esdrúxula, desprezível e, em alguns casos, aterradora.

Quando Anne Hutchinson insiste em que “ela, e outras pessoas comuns, poderiam interpretar a Bíblia sozinhos” (ZINN, 2005, p. 108), o que resulta é o castigo “por ter aberto a porta para a anarquia hermenêutica” (CASTILLO, 1990, p. 236). Esta “desordem” feminina de produção de significação ilustra muito bem dois momentos da relação do ser humano com a escrita. Em primeiro lugar, quando a tecnologia libera a transferência da memória presa ao corpo a uma superfície externa, o ato comunicativo torna-se, também uma questão espacial: a mídia permite o distanciamento entre o emissor, o discurso e o receptor e, portanto, estimula no indivíduo o poder da interpretação. Aliás, a parteira faz lembrar que o texto não possui significação em si, mas, como dirá Paul Ricoeur séculos mais tarde, o sentido estará no encontro entre “mundo do texto” e “mundo do leitor”. Hutchinson descobriu o estatuto de narratividade dos discursos, mesmo aqueles com “pretensão à verdade”, e assegurou que sua inteligibilidade não se restringia ao letramento masculino e exclusivista, podendo falar também à experiência temporal feminina (RICOEUR, 1986, p. 13-39). Depois, há um salto qualitativo na relação com os textos, sagrados ou não, que ultrapassa o uso farisaico da mídia escrita e que, para Hutchinson, consiste na capacidade poética da Escritura de produzir revelação, tanto aos eruditos, como aos substantivos mais comuns, inclusive às mulheres. Esta foi a pedra no sapato da liderança teocrática e misógina da administração colonial na Baía de Massachusetts.

Considerações finais

Duas mulheres letradas ocupam regiões afastadas e ermas das Américas e ali espalham ideias, constroem redes de sociabilidade atravessadas pela palavra escrita, atuam na educação do povo à sua volta e ainda ousam desafiar as autoridades das áreas colonizadas que habitam. Personagens heroicas segundo as narrativas que dão conta de suas biografias, conseguem imprimir em geografias da barbárie, carregadas de figuras imaginárias adversas, sinais de um letramento transformador, resistente e combativo. Seu caráter lendário, associado ao domínio da escrita, permite ainda um esboço metafórico com outro mito, o do rei Cadmo que construiu Tebas das sete portas. Diz a lenda que o herói grego, para conseguir chegar à área onde seria edificada a cidade, teve que enfrentar um dragão cujos dentes ele arrancou, plantou na terra e dali nasceram guerreiros, cinco dos quais o ajudaram na construção. Os dentes, na narrativa mitológica, correspondem às letras

que deram origem ao alfabeto grego (GRANT & HAZEL, 1975, p. 73-74). Os teóricos da Escola de Comunicação de Toronto, ao retomarem o mito, explicam o quanto a tecnologia que permitiu a escrita fonética foi importante para quebrar os monopólios do conhecimento e do poder associados aos tipos de escrita anteriores e mais complexos, instrumentos da burocracia de estado e da casta sacerdotal. As letras do alfabeto, comparadas aos dentes dos homens e dos animais, assumem igualmente a função de “agentes de poder” (McLUHAN, 1964, p. 82-83).

No caso da administração colonial da capitania de Minas Gerais e da teocracia puritana em Massachusetts, não é difícil entender o quanto a escrita serviu para o controle das terras distantes, o adestramento das mentes e a manutenção da ordem em dois espaços-tempos distintos da história da ocupação das Américas. Mas esse é apenas um dos lados da potencialidade de uma mídia. O outro, tão evidente quanto o primeiro, transparece nas figuras históricas aqui contempladas: os dentes do dragão, ou melhor, as letras, também se prestam ao empoderamento de sujeitos históricos considerados ameaçadores por sua condição de gênero: as mulheres.

É importante perceber, ainda, o quanto as tendências associadas à mídia escrita, seus usos e as práticas de comunicação que ela engendra se diferenciam mesmo dentro do corpo teórico oferecido pelas duas personagens, objeto deste estudo. Maria da Cruz e Anne Hutchinson certamente tiveram acesso a tipologias textuais distintas, apropriaram-se de maneira desigual dos discursos orais e escritos e processaram a informação inseridas em contextos de comunicação bem diversos. Anne Hutchinson foi gestada no ambiente impregnado pelo ideal reformador protestante, onde a palavra escrita, ainda que misógina e controlada, permeava intensamente os lugares da vida pública e privada. Na sociedade colonial barroca brasileira, entretanto, os livros eram mais raros, o que exigia, principalmente da mulher afeita ao letramento, um esforço bem maior de se formar nas letras e, se fosse o caso, de educar os seres que se lhe confiavam.

O gótico puritano e o barroco mineiro, em suas *backlands*, ainda têm coisas a nos ensinar.

Referências bibliográficas

BAYM, Nina (ed.). **The Norton Anthology of American Literature**. New York: W. W. Norton & Company, 2008.

- BOIA, Lucian. **Pour une histoire de l’imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos tradicionais do Brasil**. São Paulo: Global, 2004.
- CASTILLO, Susan Parsons Perez. Gender and dissent in colonial New England: Anne Hutchinson and the Antinomian Controversy. **Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas**, Porto, Universidade do Porto, série II, v. 7, 1990.
- DAVIS, Natalie. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- GRANT, Michael; HAZEL, John. **Dictionnaire de la mythologie**. Paris: Marabout, 1975.
- HOSMER, James Kendall (ed.). **Winthrop’s Journal: “History of New England”, 1630-1649**. New York: Charles Scribner’s Sons, v. 1, 1908.
- MARCUS, Greil; SOLLORS, Werner. **A new literary history of America**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2009.
- McLUHAN, Marshall. **Understanding media: the extensions of man**. London: Routledge, 1964.
- MILLER, Arthur. As bruxas de Salém. In: _____. **A morte de um caixeiro-viajante e outras 4 peças**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 269-385.
- NOVO MICHAELIS, Dicionário Ilustrado. São Paulo: Melhoramentos, Wiesbaden: Brockhaus, v. II, Inglês-Português, 12.ed., 1972.
- RICOEUR, Paul. **Du texte à l’action: essais d’herméneutique II**. Paris: Éditions du Seuil, 1986.
- ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela V. **Dicionário histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- SOUZA, Alexandre Rodrigues de. **A “dona do sertão”**: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII. Dissertação (Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.
- _____. A rebelde do sertão: Maria da Cruz e o motim de 1736. **Varia Historia**, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 29, n. 50, p.453-475, mai/ago 2013.
- VASCONCELLOS, Diogo L.A.P. **História média de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Est. de Minas Geraes, 1918.
- ZINN, Harold. **A people’s history of the United States**. New York: Harper Perennial, 2005.